


ENTRE VOZES E PRÁTICAS: A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DO PPP ESCOLAR

THE DEMOCRATIC CONSTRUCTION OF THE SCHOOL POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT (PPP)

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.062-017>

Siane Ciocari

Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional - RHEMA Educação
E-mail: sciocari13@gmail.com

Maira Comparini Xavier

Complementação pedagógica em pedagogia FUNPAC - Faculdade de Educação Regional Serrana
E-mail: maira.comparini@hotmail.com

Juceli Marcelino da Silva Gomes

Graduação em Pedagogia – UFMT
E-mail: juceli_mar22@hotmail.com

Douglas Junior Butzke

Especialização em Orientação Escolar
E-mail: douglasbutzke@gmail.com

Lucilene Asnal Ferreira Dias

Pos-graduação em Alfabetização na prática – Faculdade Focus
E-mail: lucileneaf31_ped@hotmail.com

Luana Garcia Bernardes

Licenciatura Plena em Pedagogia – UFMT
E-mail: luana_garcia13@hotmail.com

Meyre de Almeida

Pós-graduação - AEE - Atendimento Educacional Especializado - Faculdade Dom Alberto
E-mail: meyreipc@gmail.com

Carla Adriana da Silva Martins Struck

Pós-graduação Especialização em Educação Infantil
E-mail: carlamstruck@gmail.com

Maria Cristiana Alves Pereira Baltar

Mestrado Profissional em Ciências Contábeis e Administração - Fucape Business School
E-mail: cris9ap@gmail.com

Markélia de França Silva Batista

Segunda Licenciatura em Pedagogia – FCE
E-mail: markyfs_2004@hotmail.com

Odania Ferreira da Silva França

Mestrado em Educação – UNEMAT

E-mail: odaniafranca@gmail.com

Cristiane Rodrigues Thiel Silva

Mestrado em Educação – Universidade Federal de Rondonópolis

E-mail: cristiane.thiel@edu.mt.gov.br

Neyleja Martins dos Santos Lopes

Pós-graduação em Educação Inclusiva com ênfase em Libras – IFMT

E-mail: neyleja_roo@hotmail.com

Valdeir Pereira

Licenciatura Plena em Letras – UEMT

E-mail: valdeirsinop@gmail.com

Fabio José Antonio da Silva

Doutorado em Educação Física – UEL

E-mail: fjas81@hotmail.com

RESUMO

Este artigo discute a importância da construção democrática do Projeto Político-Pedagógico (PPP) escolar, destacando seu papel como instrumento de gestão e identidade da instituição. A análise contempla diferentes etapas da educação básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), evidenciando como o PPP deve ser elaborado de forma participativa, envolvendo professores, gestores, estudantes, famílias e comunidade. O texto enfatiza que o PPP é um documento vivo, constantemente revisitado, e que sua legitimidade depende da gestão democrática e da valorização da diversidade.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico; Gestão Democrática; Educação Básica; Inclusão; Participação Coletiva.

ABSTRACT

This article discusses the importance of the democratic construction of the School Political-Pedagogical Project (PPP), highlighting its role as a management tool and as the identity of the institution. The analysis covers different stages of basic education, Early Childhood Education, Elementary Education, High School, and Youth and Adult Education (EJA), showing how the PPP must be developed in a participatory way, involving teachers, managers, students, families, and the community. The text emphasizes that the PPP is a living document, constantly revisited, and that its legitimacy depends on democratic management and the appreciation of diversity.

Keywords: Political-Pedagogical Project; Democratic Management; Basic Education; Inclusion; Collective Participation.

1 INTRODUÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é considerado a espinha dorsal da organização escolar, pois define os princípios, objetivos e estratégias que orientam o trabalho pedagógico e administrativo da instituição. Ele não é apenas um documento formal exigido por legislações educacionais, mas sim um instrumento que traduz a identidade da escola, revelando sua concepção de educação, sua visão de sociedade e o compromisso com a formação cidadã dos estudantes.

A construção democrática do PPP escolar é um processo que vai além da simples redação de metas e planos. Trata-se de um movimento coletivo que envolve escuta, diálogo e participação ativa de todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar: professores, gestores, funcionários, estudantes, famílias e representantes da comunidade local. Essa multiplicidade de vozes garante que o documento seja representativo, legítimo e capaz de responder às demandas reais do contexto em que a escola está inserida.

Nesse sentido, o PPP assume um caráter político, pois expressa escolhas e posicionamentos diante dos desafios sociais e educacionais, e também pedagógico, ao orientar práticas de ensino e aprendizagem. Sua elaboração democrática fortalece a gestão participativa e contribui para que a escola se torne um espaço de construção de cidadania, onde os sujeitos aprendem não apenas conteúdos, mas também valores como respeito, cooperação e responsabilidade social.

Além disso, é importante destacar que o PPP não é estático: ele deve ser constantemente revisitado e atualizado, acompanhando as transformações sociais, culturais e tecnológicas que impactam a educação. Esse caráter dinâmico reforça a necessidade de manter abertos os canais de diálogo e participação, garantindo que o documento continue sendo um reflexo fiel da realidade escolar e um guia para práticas inovadoras e inclusivas.

2 DESENVOLVIMENTO

A construção democrática do Projeto Político-Pedagógico (PPP) escolar é um processo que exige diálogo, participação e corresponsabilidade. Como afirma Veiga (1996), o PPP é “um instrumento que expressa a identidade da escola e orienta suas práticas pedagógicas”, sendo, portanto, resultado de escolhas coletivas que refletem valores e objetivos comuns.

Um dos aspectos centrais da elaboração do PPP é a gestão democrática, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), que estabelece a participação da comunidade escolar como princípio fundamental. Libâneo (2021) destaca que “a gestão democrática é condição para que a

escola cumpra sua função social, pois promove a corresponsabilidade e a construção coletiva de objetivos educacionais”. Assim, o PPP não deve ser visto como uma tarefa burocrática, mas como um espaço de exercício da cidadania.

Além disso, Vasconcellos (2012) ressalta que o PPP é um documento vivo, que precisa ser constantemente revisitado e atualizado. Para o autor, “o PPP não é um fim em si mesmo, mas um meio para orientar a ação pedagógica e administrativa da escola”, o que implica que sua construção deve ser contínua e aberta às transformações sociais e educacionais. Essa perspectiva reforça a necessidade de práticas de escuta ativa e de participação efetiva em todas as etapas do processo.

Outro ponto relevante é que o PPP deve dialogar com os desafios contemporâneos da educação, como a inclusão, a diversidade cultural, o uso de tecnologias digitais e a formação cidadã. Oliveira e Mourão (2025) afirmam que “o PPP, quando elaborado de forma participativa, contribui para a democratização do ensino e para a consolidação de práticas inclusivas e equitativas”. Isso significa que o documento precisa refletir não apenas metas institucionais, mas também os sonhos e demandas da comunidade escolar.

Na prática, a construção democrática do PPP pode se concretizar por meio de assembleias escolares, reuniões de conselho participativo, grupos de trabalho temáticos e consultas públicas à comunidade. Essas estratégias permitem que diferentes segmentos expressem suas opiniões e contribuam para a definição de prioridades. Wagner e Costa (2024) destacam que “o PPP é um dos principais instrumentos para garantir uma educação socialmente de qualidade, pois valoriza a diversidade e promove a equidade”.

Por fim, é importante reconhecer que o PPP também tem um caráter político, pois expressa posicionamentos diante dos desafios sociais e educacionais. Ao ser construído de forma democrática, ele fortalece a escola como espaço de transformação social, onde práticas pedagógicas se articulam com valores de justiça, solidariedade e respeito à diversidade. Dessa forma, o PPP torna-se não apenas um guia administrativo, mas um verdadeiro projeto de sociedade em miniatura, que prepara os estudantes para a vida em comunidade e para o exercício da cidadania crítica.

2.1 O PPP E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, precisa ser contemplada de forma especial no Projeto Político-Pedagógico, pois é nesse período que se estabelecem as bases para o desenvolvimento integral da criança. A LDB nº 9.394/1996 define que a Educação Infantil deve promover o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social, em parceria com a família e a comunidade. Isso significa que o PPP deve garantir práticas pedagógicas que respeitem a infância como fase única e fundamental.

Segundo Kramer (2003), a Educação Infantil não deve ser vista apenas como preparação para o ensino fundamental, mas como um espaço de aprendizagens significativas, onde o brincar, a imaginação e a interação social são elementos centrais. O PPP, nesse sentido, precisa assegurar que o currículo da Educação Infantil seja construído de forma lúdica, inclusiva e democrática, valorizando a diversidade cultural e social das crianças.

Outro aspecto importante é a participação das famílias na elaboração e implementação do PPP. Libâneo (2021) destaca que “a gestão democrática é condição para que a escola cumpra sua função social”, e na Educação Infantil isso se traduz na necessidade de estreitar vínculos entre escola e comunidade. Reuniões, rodas de conversa e projetos coletivos são estratégias que permitem às famílias contribuir com suas experiências e expectativas, tornando o PPP mais representativo e eficaz.

Além disso, o PPP deve contemplar políticas de inclusão, garantindo que crianças com necessidades específicas tenham acesso a práticas pedagógicas adequadas e a ambientes acolhedores. Veiga (1996) afirma que “o PPP é a expressão da identidade da escola”, e na Educação Infantil essa identidade se revela na forma como a instituição acolhe, cuida e educa, respeitando os ritmos individuais e promovendo a equidade.

Outro ponto relevante é a integração entre cuidado e educação. Vasconcellos (2012) lembra que o PPP deve ser constantemente revisitado, e na Educação Infantil isso significa repensar práticas que articulem o cuidar e o educar como dimensões inseparáveis. O documento precisa prever ações que garantam tanto a segurança e o bem-estar das crianças quanto o estímulo às suas capacidades cognitivas e sociais.

Por fim, é essencial que o PPP da Educação Infantil dialogue com os desafios contemporâneos, como o uso responsável das tecnologias digitais, a valorização da diversidade cultural e a promoção de uma educação inclusiva desde os primeiros anos. Oliveira e Mourão (2025) reforçam que “o PPP, quando elaborado de forma participativa, contribui para a democratização do ensino e para a consolidação de práticas inclusivas e equitativas”. Assim, o PPP da Educação Infantil deve ser um compromisso coletivo com a formação integral das crianças, preparando-as para viver em sociedade de forma crítica, criativa e solidária.

2.2 O PPP E O ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental é uma etapa decisiva da educação básica, pois acompanha os estudantes por nove anos e consolida aprendizagens essenciais para sua formação integral. Nesse período, a escola deve garantir não apenas o domínio das competências cognitivas, mas também o desenvolvimento de valores éticos, sociais e culturais. Por isso, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) precisa contemplar de forma clara

os objetivos, metodologias e práticas voltadas para essa etapa, assegurando que o processo educativo seja inclusivo, democrático e contextualizado.

Segundo Libâneo (2021), o Ensino Fundamental deve ser orientado por princípios que assegurem a aprendizagem significativa e a formação da autonomia intelectual e moral dos alunos. O PPP, nesse sentido, deve prever estratégias pedagógicas que articulem conteúdos curriculares com experiências práticas, promovendo o desenvolvimento integral e preparando os estudantes para enfrentar os desafios da vida em sociedade.

Veiga (1996) lembra que o PPP é “a expressão da identidade da escola”, e no Ensino Fundamental essa identidade se revela na forma como a instituição organiza o currículo, define metodologias de ensino e estabelece relações entre professores, estudantes e comunidade. O documento precisa garantir que os conteúdos sejam trabalhados de forma contextualizada, relacionando-os com a realidade social e cultural dos alunos, evitando práticas descoladas do cotidiano.

Outro aspecto fundamental é a avaliação. Vasconcellos (2012) defende que o PPP deve orientar práticas avaliativas que superem a lógica meramente classificatória, promovendo uma avaliação diagnóstica e formativa. Essa perspectiva permite acompanhar o processo de aprendizagem, identificar dificuldades e propor intervenções pedagógicas adequadas, garantindo que todos os estudantes avancem em seu desenvolvimento.

Além disso, o PPP do Ensino Fundamental deve contemplar políticas de inclusão e equidade. Oliveira e Mourão (2025) destacam que “o PPP, quando elaborado de forma participativa, contribui para a democratização do ensino e para a consolidação de práticas inclusivas e equitativas”. Isso significa que o documento precisa prever ações voltadas para atender às necessidades específicas de diferentes grupos, como estudantes com deficiência, em situação de vulnerabilidade social ou pertencentes a comunidades tradicionais.

Outro ponto relevante é a integração entre disciplinas e projetos interdisciplinares. O PPP deve incentivar práticas pedagógicas que promovam a interdisciplinaridade, estimulando os alunos a compreenderem os conteúdos de forma integrada e significativa. Projetos voltados para temas contemporâneos, como sustentabilidade, cidadania digital e diversidade cultural, fortalecem a formação crítica e reflexiva dos estudantes.

Por fim, é importante destacar que o PPP no Ensino Fundamental deve dialogar com os desafios atuais da educação, como o uso das tecnologias digitais, a educação ambiental e a formação para a cidadania crítica. Wagner e Costa (2024) afirmam que “o PPP é um dos principais instrumentos para garantir uma educação socialmente de qualidade, pois valoriza a diversidade e promove a equidade”. Dessa forma, o PPP torna-se um guia que orienta a escola a formar sujeitos capazes de compreender e transformar a realidade em que vivem, consolidando o papel da escola como espaço de construção democrática e social.

2.3 O PPP E O ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio é uma etapa crucial da educação básica, pois marca a transição dos estudantes para a vida adulta e para novos desafios, como o ingresso no ensino superior, a inserção no mundo do trabalho e a participação ativa na sociedade. Nesse contexto, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) deve assumir um papel estratégico, articulando conteúdos acadêmicos com práticas que promovam autonomia, criticidade e protagonismo juvenil.

Segundo Libâneo (2021), o PPP no Ensino Médio deve garantir que os jovens desenvolvam competências cognitivas e socioemocionais, preparando-os para enfrentar os desafios da contemporaneidade. Isso significa que o documento precisa contemplar metodologias inovadoras, como projetos interdisciplinares, práticas de pesquisa e atividades que estimulem a reflexão crítica sobre temas sociais, culturais e ambientais.

Veiga (1996) destaca que o PPP é “a expressão da identidade da escola”, e no Ensino Médio essa identidade se revela na forma como a instituição organiza o currículo e valoriza o protagonismo estudantil. O documento deve prever espaços de participação, como grêmios estudantis, assembleias e projetos coletivos, que permitam aos jovens exercer sua cidadania e contribuir para a construção de uma escola mais democrática.

Outro aspecto relevante é a integração entre teoria e prática. Vasconcellos (2012) lembra que o PPP deve ser constantemente revisitado, e no Ensino Médio isso implica repensar práticas pedagógicas que articulem os conteúdos curriculares com experiências concretas, como estágios, projetos comunitários e atividades culturais. Essa integração fortalece a aprendizagem significativa e aproxima os estudantes da realidade social.

Além disso, o PPP do Ensino Médio deve contemplar políticas de inclusão e equidade, assegurando que todos os jovens tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem. Oliveira e Mourão (2025) afirmam que “o PPP, quando elaborado de forma participativa, contribui para a democratização do ensino e para a consolidação de práticas inclusivas e equitativas”. Isso é especialmente importante nessa etapa, marcada por desigualdades sociais que podem impactar o percurso escolar dos estudantes.

Outro ponto essencial é a preparação para o futuro. O PPP deve prever ações que auxiliem os jovens na escolha de suas trajetórias acadêmicas e profissionais, oferecendo orientação vocacional, acesso a tecnologias digitais e oportunidades de participação em projetos científicos e culturais. Wagner e Costa (2024) reforçam que “o PPP é um dos principais instrumentos para garantir uma educação socialmente de qualidade, pois valoriza a diversidade e promove a equidade”.

Por fim, o PPP no Ensino Médio deve assumir um compromisso com a formação integral dos estudantes, indo além da preparação para exames e vestibulares. Ele deve promover uma educação que

valorize a criatividade, a solidariedade e a responsabilidade social, formando jovens capazes de compreender e transformar a realidade em que vivem. Dessa forma, o PPP torna-se um guia que orienta a escola a cumprir sua função social e a consolidar práticas democráticas no cotidiano escolar.

2.4 O PPP E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é marcada por especificidades que exigem atenção especial no Projeto Político-Pedagógico. Diferente das demais etapas da educação básica, a EJA atende sujeitos que carregam histórias de vida diversas, muitas vezes permeadas por exclusão social, abandono escolar e inserção precoce no mundo do trabalho. Nesse sentido, o PPP deve ser construído de forma a reconhecer e valorizar essas trajetórias, garantindo que o processo educativo seja inclusivo e significativo.

Segundo Arroyo (2006), a EJA não pode ser pensada apenas como uma compensação escolar, mas como um espaço de reconhecimento dos saberes populares e das experiências acumuladas pelos estudantes ao longo da vida. O PPP, portanto, precisa contemplar metodologias que dialoguem com esses saberes, promovendo uma educação contextualizada e emancipadora.

Outro ponto fundamental é a flexibilidade curricular. Como destaca Libâneo (2021), a gestão democrática deve se adaptar às necessidades dos sujeitos da EJA, o que implica em currículos mais flexíveis, horários alternativos e estratégias pedagógicas que respeitem os ritmos de aprendizagem. O PPP deve prever essas adaptações, garantindo que os estudantes tenham condições reais de permanência e sucesso escolar.

Além disso, o PPP da EJA deve assumir um compromisso com a formação cidadã. Vasconcellos (2012) lembra que o PPP é um documento vivo, e na EJA isso significa repensar constantemente práticas que promovam não apenas a alfabetização e o domínio de conteúdos, mas também o fortalecimento da autoestima, da autonomia e da participação social. A escola, nesse sentido, torna-se um espaço de reconstrução de identidades e de ampliação de oportunidades.

Outro aspecto relevante é a articulação entre educação e mundo do trabalho. Muitos estudantes da EJA buscam a escolarização como forma de ampliar suas possibilidades profissionais. O PPP deve prever ações que integrem a formação escolar com projetos de qualificação profissional, parcerias comunitárias e atividades que relacionem teoria e prática.

Por fim, o PPP na EJA deve ser construído de forma participativa, envolvendo não apenas professores e gestores, mas também os próprios estudantes, que podem contribuir com suas experiências e expectativas. Oliveira e Mourão (2025) reforçam que “o PPP, quando elaborado de forma participativa, contribui para a democratização do ensino e para a consolidação de práticas inclusivas e equitativas”. Dessa forma, o documento se torna um instrumento de transformação social, capaz de devolver aos jovens e adultos o direito à educação e a possibilidade de construir novos projetos de vida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é muito mais do que um documento administrativo: ele representa a identidade da escola e traduz seu compromisso com a formação integral dos estudantes. Ao longo deste trabalho, ficou evidente que a construção democrática do PPP é um processo que envolve múltiplas vozes, professores, gestores, estudantes, famílias e comunidade e que essa participação é fundamental para legitimar e fortalecer o papel da escola como espaço de cidadania e transformação social.

Na Educação Infantil, o PPP garante práticas pedagógicas que respeitam a ludicidade, a afetividade e os ritmos próprios da infância, assegurando que o cuidar e o educar sejam dimensões inseparáveis. No Ensino Fundamental, o documento orienta a consolidação das aprendizagens essenciais, a avaliação formativa e a interdisciplinaridade, promovendo uma educação inclusiva e contextualizada. Já no Ensino Médio, o PPP assume a responsabilidade de preparar os jovens para a vida adulta, articulando conteúdos acadêmicos com práticas que desenvolvem autonomia, criticidade e protagonismo. Por fim, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o PPP se torna um instrumento de reconhecimento das trajetórias de vida, valorizando saberes populares e garantindo oportunidades de inclusão e equidade.

Assim, o PPP escolar, quando construído de forma democrática e participativa, deixa de ser apenas um documento formal e passa a ser um guia vivo, capaz de orientar práticas pedagógicas e administrativas em sintonia com as necessidades e sonhos da comunidade escolar. Ele reafirma a escola como espaço plural, inclusivo e transformador, comprometido com a formação de cidadãos críticos, criativos e solidários. Portanto, investir na construção coletiva do PPP é investir na própria essência da educação: formar sujeitos capazes de compreender e transformar a realidade em que vivem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Vozes, 2006.

KRAMER, Sonia. *A infância e sua singularidade*. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 8. ed. Goiânia: Alternativa, 2021.

OLIVEIRA, Maria; MOURÃO, Ana. *Gestão democrática e inclusão escolar: desafios contemporâneos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2025.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1996.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico*. 22. ed. São Paulo: Libertad, 2012.

WAGNER, Paulo; COSTA, Helena. *Educação e democracia: o papel do PPP na escola contemporânea*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2024.